

### **O LATIM, UMA MEMÓRIA OPERATIVA DO PORTUGUÊS\*\***

Aires A. NASCIMENTO \*

Há cerca de um mês, viajando de comboio do Porto para Lisboa, no momento em que passávamos frente à cidade de Santarém, fui surpreendido pela interpelação que os membros de um grupo que seguia na mesma carruagem se faziam uns aos outros. "Como se chamam os habitantes de Santarém?" - perguntava um. E logo os outros respondiam: "Scalabitanos". E continuavam: "E os de Beja? - Pacenses. E os de Chaves? - Flavien-ses. E os da Guarda? - Egitanenses. E os de Castelo Branco? - Albicastrenses".

Não cheguei a apurar as motivações próximas desta explosão menos vulgar naquelas circunstâncias por parte de um grupo constituído por pessoas de meia idade, pertencentes, ao que me parecia, a quadros de empresas. Não me pareceu, no entanto, que estivessem a exercitar respostas para as questões que no dia seguinte qualquer júri impertinente lhes viesse a pôr em determinado concurso.

Em ambiente tão descontraído e alvoroçado, dei comigo a recordar um episódio ocorrido, anos atrás, em pleno Parla-

---

\* Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa.

\*\* Comunicação apresentada ao Congresso sobre a Investigação e o Ensino do Português, Lisboa, 18-22 Maio 1987.

mento espanhol e contado depois em vários tons nos meios universitários. Discutia-se a permanência do Latim nos currículos escolares. Durante a discussão, tornou-se notado, pela virulência do tom, certo deputado, natural da localidade de Cabra. No auge dos debates, um outro deputado, já agastado, interpela-o e pergunta-lhe: "Quer V. saber para que serve o Latim? Pois dir-lhe-ei: muito simplesmente para que os habitantes de Cabra se não chamem ...". Não foi preciso completar a frase, porque a "reticentia", num argumento "ad hominem" fizera emudecer o visado, descontraía os espíritos, chamava toda a gente à razão, ou, no mínimo, ao bom senso, e removia os encrespamentos contra o Latim. De uma maneira expeditiva e sumária, havia-se entendido a instrumentalidade do Latim e até a sua pervivência em escolhas linguísticas de uso quotidiano.

Não será necessário acentuar como na língua enquanto sistema cultural convivem diferentes registos ou níveis de expressão e como alguns deles apenas se tornam explícitos ou racionalmente integrados quando referidos a um estado anterior, estado esse muitas vezes representado por uma língua matriz persistentemente interferente, como aconteceu com o Latim mantido ao longo dos séculos na sua qualidade de língua de cultura.

Se é certo que, numa perspectiva de comunicação quotidiana, tal referência a estados anteriores se torna dispensável, ou não imediatamente necessária, a verdade é que a percepção da continuidade é um factor indispensável de análise e de competência plena no uso do sistema linguístico. Desse modo, quase seria levado a pôr a questão das relações entre o latim e o português pelo lado do absurdo, "e contrario"; ou seja: se não fosse o latim, como seria o português?

Para aferir da pertinência da questão assim colocada, permito-me invocar duas situações cuja experiência está ao nosso alcance.

A primeira tem a ver com a defesa da própria identidade da língua portuguesa, perante a interferência de hábitos linguísticos estranhos, em razão da circulação das pessoas, em razão da aprendizagem e prática activa de línguas estrangeiras, ou em razão do simples mimetismo causado pelos meios audiovisuais de comunicação social. Como defender a identidade linguística sem um sentido racionalizado da continuidade, ou sem uma capacidade activa de utilizar as possibilidades oferecidas pelo sistema e criadas ao longo dos tempos?

A segunda situação, ainda que aparentemente antitética, é complementar da primeira e prende-se não já com a defesa, mas com a afirmação da identidade linguística num mundo culturalmente semelhante e linguisticamente diversificado. Tem a ver nomeadamente com a Europa das Comunidades, onde a

inter-relação está pressuposta e onde a salvaguarda da identidade exige o conhecimento aprofundado do que é próprio e do que é comum. Durante séculos (justamente aqueles durante os quais a memória da Europa se constituiu como dinamismo operativo), a língua latina foi o instrumento privilegiado de comunicação cultural. As estruturas da frase latina modelaram a expressão das diferentes línguas europeias, até porque foi a gramática latina que ministrou as categorias de análise para essas línguas. Por estranho que pareça, e não obstante o prestígio da cultura grega, uma das gramáticas que havia de dominar em todo o Ocidente, a de Prisciano, é escrita em latim, em Bizâncio, a cidade concorrente de Roma. O Mediterrâneo, primeiro, e a Europa, depois, aprenderam o latim como língua de cultura; foi a partir dessa língua que as diferenças regionais se tornaram explícitas; foi nela que a Europa aprendeu a racionalizar a sua experiência colectiva. Hoje, no novo contexto da aceitação da própria diversidade linguística das comunidades europeias, não será útil, ou talvez mesmo até necessário, redescobrir o sentido da unidade originária para, a partir daí, revalorizar a identidade própria, dando-a a conhecer no quadro comum onde o interesse do interlocutor estrangeiro é justamente captado pela proximidade/parentesco do que inicialmente lhe é proposto como diferente?

Se voltarmos a análise para a diacronia da língua e da cultura portuguesa, as razões para uma atenção cuidada à língua latina são múltiplas.

Há uns seis anos, após uma visita à Exposição comemorativa do Bimilenário da morte de Virgílio, montada na Biblioteca Nacional, Augusto Abelaira escrevia numa das suas crónicas semanais: "se ao longo de tantos séculos homens tão variados se interessaram pela leitura de Virgílio, também eu não posso desinteressar-me dele". Se há algo a acrescentar para dar consistência maior a esta atitude é que não só Virgílio, mas todo um grande corpus de autores e de textos latinos estiveram permanentemente e persistentemente presentes na escola e na cultura explícita portuguesa.

É um facto que, durante séculos, a expressão latina conviveu com a expressão portuguesa, antecipando-a muitas vezes no registo escrito ou repartindo com ela usos em situações bastante definidas. As interferências mútuas assim geradas estão longe de terem sido suficientemente estudadas ou convenientemente exploradas. Efectivamente, a reflexão feita pelos medievalistas latinos ao longo de mais de meio século lançou na cultura europeia algumas categorias de análise que já deram noutras partes os seus frutos, mas infelizmente não se tornaram ainda totalmente operativas entre nós, ao menos de forma tão sistemática como seria conveniente para serem operativas e culturalmente úteis. Quando, na verdade, se che-

ga ao reconhecimento do latim medieval como a "língua de cultura" ou a "língua de tradição", para utilizar a terminologia consagrada por M. Meister e por L. Bieler, será difícil ou impossível pretender encerrar o estudo de uma cultura nacional europeia nos quadros da expressão vernácula. Felizmente, houve entre nós quem, como David Mourão Ferreira, tenha enaltecido a obra de E. Robert Curtius, cujo título *Literatura Europeia e Idade Média Latina* é bem significativo. Mas é já de si negativamente sintomático que a tradução portuguesa dessa obra, feita no Brasil, tenha tido uma tiragem tipográfica demasiado escassa. De facto, estamos longe de poder apresentar resultados que se aproximem dos que neste domínio têm sido dados a público noutros países. Na verdade, o que está em causa, importa sublinhá-lo, não é apenas reconhecer fontes, mas sobretudo perceber a funcionalidade dos modelos operativos num determinado momento cultural, interpretar as linguagens num contexto global, indagar o sentido da inovação, do desvio ou da convergência de expressões. Que no Cancioneiro Geral tenhamos João Roiz de Sá a desenvolver em 42 estrofes de 10 versos e mais uma quadra de remate a carta de Penélope a Ulisses que Ovídio apresenta em 116 versos elegíacos, o confronto não pode deixar de ser necessariamente operativo, tanto para descortinar uma recepção que integra o texto tradicional/transmitido como para entender, na diferença de linguagens, o que há de específico numa forma de expressão e na ritualização de leitura e uso.

Aproximar os nossos escritores portugueses de modelos latinos clássicos tem sido prática, se não muito corrente, pelo menos conhecida e com créditos firmados em meios universitários ou até fora deles. Quando, porém, nos damos conta de que nas nossas bibliotecas medievais e até renascentistas os registos das existências apontam mais para textos latinos tardios, e quando nos apercebemos da operacionalidade derivada da relação de escribaldade gerada pela produção de um texto latino no próprio meio em que também aparece um texto português, seremos naturalmente levados a estabelecer não uma linha recta de derivação, mas sim um triângulo cujos vértices provavelmente (e fico-me no âmbito das probabilidades porque tenho de situar-me ainda no plano das hipóteses de trabalho) serão: texto tradicional latino (clássico/tardio/medieval), texto latino contemporâneo, texto vernáculo. Concretizo a minha proposta.

Num estudo por mim próprio realizado para provas académicas, e sem intuito de divulgação (ainda que ela se tenha dado), tive oportunidade de, utilizando o método estatístico, comparar dois textos latinos escritos em território português, um, na região de Braga, no séc. VII (*Vita S. Fructuosi*) e outro, em Coimbra, no séc. XII (*Vita S. Martini Saurien-*

sis). Por estranho que pareça, não obstante o carácter tradicional do primeiro desses textos, bem assinalado pela autoridade e competência do seu mais recente editor, verificava que o segundo texto, do séc. XII, apresentava maior tendência para a conhecida estrutura frásica do esquema SOV, ou seja, com o verbo em final. A padronização de um uso tem aqui, sem dúvida, de ser interpretada como resultado de uma aprendizagem escolar e há certamente que tê-la em conta para perceber as interferências exercidas nos usos vernáculos, sobretudo quando pretendemos cronometrar a fixação de tendências da língua através de textos literários (e limito a minha observação a estes porque quanto aos chamados textos documentais estamos longe de conhecer adequadamente os seus níveis de formalização). Presto aqui homenagem à reflexão que, no recente Colóquio sobre o Ensino do Latim, nos trouxe a Dr<sup>a</sup> Inês Duarte ao acentuar justamente a estrutura SOV para algumas frases de Fernão Lopes. Creio, no entanto, que em autores e textos como os do grande cronista a análise tem de levar em linha de conta a habituação criada pelo convívio mantido com a língua latina, na escola ou fora dela, para melhor enquadrar a expressão vernácula. E, se duas línguas convivem como expressões aceites e paralelas durante largos períodos e sobretudo se uma delas ocupa um lugar reconhecidamente proeminente como língua de cultura e de tradição, é superrogatório insistir na necessidade do conhecimento das realizações desta para um esclarecimento integral das realizações da outra. Lembrarei como exemplo de todos conhecido um caso d'*Os Lusíadas*. O termo "numeroso" de 1,9 ("Em versos devulgado numerosos") é, como todos os comentadores acentuam, um latinismo que a ser interpretado segundo os usos correntes comprometeria a intencionalidade do poeta. Não me demoro noutros casos, mas, para acentuar a operacionalidade do triângulo há pouco enunciado, chamarei a atenção para um caso mais longínquo resolvido pela acribia de alguém sobejamente conhecido, e de renome feito no domínio da filologia romântica, como é Kurt Baldinger. Num texto de Rabelais, filólogos e editores discutiram durante largos anos em torno do adjectivo "stupide" num contexto de diagnóstico médico. A solução estava, no entanto, à mão, como aquele erudito teve ocasião de comprovar, no corpus de textos médicos latino-medievais que mantiveram o antigo sentido de "stupidus" ("pasmado", "incapaz de movimentos").

O reconhecimento do convívio das duas expressões linguísticas e a prioridade mantida em determinadas circunstâncias pela língua latina abre caminho para uma outra perspectiva, também ela necessária e operativa no estudo da língua portuguesa.

Frequentes vezes é nos textos latino-medievais que vamos encontrar a primeira atestação de um termo português ou

de uma construção sintáctica. Poderia partir de um texto como *Peregrinatio Aegeriae*, cuja proximidade é manifesta, não obstante o distanciamento no tempo (com a particularidade de muito provavelmente ter sido escrito por alguém natural da Península, se não mesmo, originário do nosso território, como alguns têm pretendido). Não pretendo deter-me em documentos notariais, pela dificuldade em determinar por vezes qual dos dois códigos linguísticos estava a ser utilizado ou delimitar as contaminações. Para não me alongar, remeto apenas para um texto latino-medieval, escrito em 1416 por alguém natural de Lamego, texto esse que tive ocasião de estudar e editar sob o título de *Livro de Arautos*. Trata-se fundamentalmente de uma descrição da Europa, redigido intencionalmente para servir de guia, por indicação expressa do autor, aos homens de armas (os arautos) que se dirigiam ao Concílio de Constança. No capítulo relativo a Portugal, podemos encontrar, integrados em declinação latina, termos portugueses que apenas muito mais tarde voltaremos a encontrar atestados em textos vernáculos. Não se trata de um caso esporádico nem de um uso aberrante nem de uma prática que atente contra a natureza literária de um texto. É que, quando a consciência linguística dos utentes mantém presente o sentido da continuidade, a passagem não se faz apenas da língua de "cultura" para a língua "vulgar", mas também o inverso é não só legítimo como frequente. Desta forma, o estabelecimento da diacronia da língua portuguesa não pode dispensar a familiaridade com os textos latinos.

Outros níveis de aproximação se podem definir como úteis e necessários.

As recentes discussões em torno do Novo Acordo Ortográfico para a Língua Portuguesa trouxeram à liça vários argumentos e várias recomendações. Uma destas era o do conhecimento mais aprofundado do latim para resolver dúvidas de acentuação resultantes do proposto desaparecimento de diacríticos. Sem querer entrar na polémica (que me merece todo o respeito, mas para a qual não desejo contribuir), sou levado a interrogar-me sobre a eficácia da receita. Primeiro, porque a ninguém parecerá viável antecipar o estudo do latim para idades tão precoces como aquelas em que se deve exigir uma correcta pronúncia e não menos correcta ortografia. Segundo, porque a própria história da cultura nos faz reconhecer que o alargamento do uso dos diacríticos se verifica justamente quando do alargamento do uso do registo escrito, e não me parece legítimo que, em nome de práticas de comunicação audiovisual, se abandone uma relação tão fecunda como a da escribalidade. Terceiro, porque não sendo imediatamente acessível ao nosso sistema linguístico a oposição entre sílabas breves e longas (sobre a qual se baseia o lugar do acento em latim) não seria rentável apelar para esse dado estranho como meio

instrumental de resolver as dúvidas, os próprios medievais, de resto, sentiram a dificuldade e só a resolveram decorando listas de palavras latinas ou memorizando regras e recorrendo justamente a diacríticos (como se pode ver ainda hoje nos manuscritos alcobacenses da Biblioteca Nacional). Não achando justificada a receita pela aplicação que lhe foi proposta (e bastar-me-ia atender ao reparo de Alexandre Herculano quando ironizava que se o Breviário Romano não tivesse acentos a sua recitação seria uma cacofonia de arrepiar), não deixarei, no entanto, de sublinhar a necessidade de fundamentar a acentuação portuguesa num conhecimento rigoroso e preciso das leis da fonética latina, para não se tomar por Juno aquilo que até só vagamente tem o aspecto de nuvem. Com a base operativa do latim, não haverá dificuldade em rejeitar \*fâçamos, \*tênhamos, etc., nem certamente alguma vez voltaremos a ser obrigados a ouvir um locutor de televisão a dizer e a repetir, para cúmulo, coisas como "Sumo Pôntifice". Com um mínimo de latim, não subsistiriam dúvidas quanto à ortografia de "quiser", "quisemos", ou quanto à oposição "perfeito/prefeito". Não se trata efectivamente de opções livres nem criadas já dentro do nosso sistema da língua, pois derivam de um outro, e para a sua racionalização há que integrá-las nas oposições úteis e convenientes onde têm o devido lugar.

O mesmo intuito de racionalização obrigará certamente a recorrer aos paradigmas da declinação latina para explicar coerentemente os plurais de substantivos em -ão, as formações sintéticas (por sufixo) dos graus do adjectivo, ou mesmo diferenças tão habituais como as que ocorrem na onomástica portuguesa entre nomes tão frequentes como Domingos ou Carlos frente a António ou Francisco. Neste domínio, quase será desnecessário lembrar, por evidente, a operacionalidade da referência latina para integrar irregularidades de formas pronominais ou verbais.

Num plano de análise sintáctica, não será difícil entrever a conveniência do conhecimento da língua latina para clarificar oposições, como as que se podem exemplificar em frases do tipo de "Dou um livro ao Pedro/Peço um livro ao Pedro", ou para acentuar a ambiguidade subjacente a frases como "Recebo um livro do Pedro".

Não discuto a possibilidade de construir teorias linguísticas susceptíveis de integrarem frases como estas. Pergunto-me apenas pela legitimidade de tanto esforço, quando a explicação por derivação está à vista. A legitimidade da dúvida está logo em que uma das leis da pertinência científica é a economia de meios; por outro lado, há também que lembrar que, se a língua é um mecanismo, é fundamentalmente e acima de tudo um mecanismo histórico-cultural, dependente de opções situadas historicamente, como já o gramático Varrão fez notar

com pertinência no seu *De Lingua Latina*.

Num plano gramatical ainda, poderíamos apontar outros contributos do latim para uma explicitação das estruturas do português e sua didáctica. Um teste de sondagem aplicado no corrente ano lectivo a alunos das variantes românicas dos cursos da Faculdade de Letras de Lisboa permitiu despistar toda uma série de erros e dificuldades de análise do português que motivavam determinados tipos de erros em latim. O elenco continua ainda em aberto e pretende-se mesmo, por repetição do teste, verificar a variância ocorrida ao longo do ano, e com isso reconhecer os progressos havidos numa e noutra língua, eventualmente por interferência da melhoria duma delas. Embora sem resultados ainda definidos, quer-nos parecer que o método é pertinente não só para ajuizar do lugar a conceder ao latim nos currículos, mas também para definir melhor certos conteúdos desta disciplina ou também da do português. A questão de base é justamente perceber até que ponto a aquisição de uma estrutura linguística serviu para reconhecer a outra e a tornou mais operativa. Será que é quando confrontado com uma estrutura diferente como a do latim que o falante/utente do português se dá conta dos mecanismos e estruturas da sua própria língua ou fica pelo menos em condições melhores para isso? Se sim, então teremos de concluir que o latim é útil ou talvez mesmo necessário. Na verdade, mesmo quando há conhecimento ou utilização de outras línguas, em nenhuma delas o aluno de português encontra marcas contrastivas tão abundantes conjugadas com a relação genética ou derivacional. Ninguém duvida que a apredizagem do francês pode explicitar a relação sujeito/objecto no pronome "que" português, mas certamente não ficarão patentes outras funções introduzidas pelas formas homónimas (relação causal, integrante, final, etc.) nem ficará clarificada a relação entre "que" e "cujo" ou também a invariabilidade da forma relativamente ao número.

Desnecessário será apontar o carácter instrumental do latim para o estudo e aquisição motivada do vocabulário português. Certamente uma atenção maior a essa relação ajudaria a evitar alguns dislates que circulam até em dicionários, com o risco de se fixarem como dado adquirido. Noutro sentido, haverá que atender ao contributo que daí pode advir para a revitalização da própria língua sem precisar de abrir as portas a influências estrangeiras de carácter espúrio. Bem fora que neste domínio respeitássemos os hábitos dos clássicos da língua para respondermos às necessidades dos homens dos nossos dias! No Colóquio sobre o Ensino do Latim que realizámos há bem poucos dias na nossa Faculdade de Letras, a Dr<sup>ª</sup> Maria Leonor Xavier chamou a nossa atenção para as possibilidades abertas pela língua latina em ordem ao revigoroamento e à invenção da linguagem filosófica portuguesa. Outros campos há



que desbravar. Lembrarei, a propósito, o que aconteceu em França logo no início da entrada da informática. A IBM consultou o Prof. Jacques Perret, classicista bem conhecido da Academia Francesa, sobre a tradução a dar à palavra "computer". A resposta veio convincente e esclarecedora: a transliteração do termo inglês apresentava objecções de monta; ainda que formalmente fosse aceitável, não correspondia na tradição românica àquilo que se pretendia enunciar; tal conteúdo deveria buscar-se não sobre a base de "computare", mas sobre a base de "ordinare". Assim nascia em francês o termo "ordinateur". Este caso limite serve para ilustrar quanto é possível fazer no domínio das novas tecnologias e qual o desafio que se põe à investigação e à Universidade. A questão é esta: vamos nós recobrir com desinências portuguesas uma terminologia transliterada do inglês, ou seremos capazes de nos manter fiéis à nossa identidade linguística e à matriz fundamental?

De uma maneira ainda que sumária, creio ter percorrido os principais domínios e níveis em que o latim pode ser instância operativa da língua portuguesa. Em síntese:

1. Nível explicitativo e integrador da diversidade de registos que convivem na língua;
2. Nível contrastivo de sistemas, dentro do reconhecimento da derivação e do desvio, por escolhas e reajustamentos próprios de uma comunidade linguística com história própria;
3. Nível mimético e de interferência, sobretudo através da relação de leitura e de escribalidade;
4. Nível documental ou de reconstrução da história da língua;
5. Nível teórico e normativo de categorias gramaticais e literárias;
6. Nível inventivo ou de resposta linguística às solicitações de hoje sem atraiçoar a fidelidade à tradição de ontem.

Omiti um outro nível operativo do latim que tem a ver com a defesa e a valorização do nosso património cultural escrito em latim; a omissão deve-se exclusivamente ao tema do Congresso em que nos encontramos.

Baste-me completar este elenco com uma última reflexão. Entre os objectivos do ensino do português inclui-se necessariamente levar o utente a servir-se adequadamente da língua falada e escrita, sobretudo naquelas circunstâncias que não sejam as banais e corriqueiras. Ora, pelo facto de o estudo da língua latina se fazer primordialmente sobre textos

literários e dado o facto de esse estudo se propor também como objectivo uma tradução adequada em língua portuguesa, admitidas as vantagens anteriormente enunciadas, creio bem que também aqui pode haver convergência de objectivos. E, o que é mais, podemos também a partir daqui instaurar uma dinâmica que se afigura culturalmente útil.

Muito do que aduzi é por certo demasiado óbvio e não levantará graves objecções. Infelizmente, porém, nem sempre o que é óbvio chega a impor-se como decisão, particularmente no domínio cultural. Haverá por isso que criar estratégias e prioridades para que o que é útil e operativo não fique pomposamente catalogado entre as existências de inventário ou simplesmente arrumado entre as coisas sumptuárias, onde acabará por ganhar o bolor do tempo que o esquecimento lhe reserva. Num domínio em que somos chamados a intervir diariamente, por função e por vocação, talvez seja prioritária alguma estratégia imediata que tenha a ver com a temática aqui aduzida. No Colóquio sobre o Ensino do Latim, tivemos ocasião de fazer algumas propostas. Não vou aqui repeti-las, para não me alongar. O latim não é tudo na defesa e promoção da língua portuguesa. Ajuda certamente bastante. E não apenas a recordar o que foi no passado. Também a revitalizar e a dar respostas para o presente, que é já futuro.

